

ENSINO MÉDIO NO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NA ESCOLA PÚBLICA HIGH SCHOOL IN THE POLITICAL PEDAGOGICAL PROJECT AT THE PUBLIC SCHOOL

Valdiceia Moreira Ribeiro¹ - SEDUC/MT
Heloisa Salles Gentil² - UNEMAT

RESUMO

O acesso à Educação Superior (ES) pública ou privada no Brasil depende de processos seletivos, entre os quais destaca-se o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Segundo a legislação atual, compete ao ensino médio preparar o estudante para a cidadania, para a progressão no trabalho e em estudos posteriores, o que exige atuação das escolas nesse sentido. Porém, o EM tem se caracterizado historicamente por duplicidade em suas propostas, vinculada à questão social: preparar para ingresso imediato no mercado de trabalho ou para o acesso à ES. O objetivo deste artigo é apresentar como se expressam no Projeto Político Pedagógico (PPP) de uma escola pública de Cáceres/MT as relações entre esses níveis de ensino. A pesquisa qualitativa, pautada em análise documental, indicou pouco registro das relações, apesar de existentes, no documento que expressa a organização do trabalho pedagógico da escola.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino médio; Educação superior; Projeto político pedagógico

ABSTRACT

The access to public or private colleges in Brazil depends on selection processes, among which the National High School Exam (ENEM) stands out. According to the current legislation, it is up to High School to prepare students for continuity in studies, citizenship, and progression at work, which requires the school to develop actions in this sense. However, high school education has been characterized historically by duplicity in its proposals, linked to the social issue: prepare for immediate entry into the labor market or access to the college. The purpose of this article is to present how are express the relations between these levels of education in the Political Pedagogical Project (PPP) of a public school in Cáceres / MT. The qualitative research, based on documentary analysis, indicated few records of the relationships, although they exist, in the document that expresses the organization of the school's pedagogical work.

KEYWORDS: High school; Higher education; Political pedagogical project

DOI: 10.21920/recei72021720112128
<http://dx.doi.org/10.21920/recei72021720112128>

¹Mestranda em Educação pela Universidade do Estado de Mato Grosso. Professora da Educação Básica (SEDUC/MT). E-mail: valdiceiamax@gmail.com / ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8610-1333>.

²Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora Sênior do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Educação da UNEMAT. E-mail: logentil2@gmail.com / ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-8299-208X>.

INTRODUÇÃO

No Brasil, país marcado historicamente pelas desigualdades sociais, questões educacionais estão constantemente em debate. A história da educação mostra disputas constantes entre setores conservadores e progressistas na área educacional, cada qual com seus interesses e propósitos. Em uma sociedade excludente como a brasileira, a luta por educação como direito e por democratização do acesso à educação pública tem atravessado todos os períodos e se faz presente desde os embates pela oferta de educação básica, passando pelo aumento de vagas no ensino médio até a enorme demanda, acolhida como bandeira de luta por vários movimentos sociais, de acesso à educação superior, no século XXI.

Com o objetivo de estudar esses processos de expansão e democratização do acesso à educação superior após a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, foi criado o Grupo de Estudos e Pesquisas Acesso e Permanência na Educação Superior (GPAPES), vinculado ao Programa de Pós-graduação Mestrado em Educação (PPGEdu) da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). Depois de muitos trabalhos realizados tratando de expansão, acesso, trajetórias acadêmicas, evasão, permanência entre outros temas, emergiu como um instigante problema para investigação as relações entre ensino médio e educação superior, levando o grupo a buscar maior compreensão sobre esta temática.

Questões sobre a opção que o estudante faz pelo curso quando tenta o acesso à educação superior e seu desempenho durante o percurso; a quantidade de desistências, a troca de cursos e evasões; as dificuldades para integralizar os cursos nos tempos previstos; o número de retenções durante o percurso; a demanda por auxílios estudantis, a participação em atividades como bolsistas entre outras situações, nos levaram a questionar sobre a educação básica, mais especificamente com relação ao ensino médio: que tipo de relações podem estar sendo tecidas nesta etapa da educação básica em relação à educação superior que nos ajudem a entender esse cenário caracterizado pelas questões apresentadas?

Enquanto grupo de pesquisa, optamos por analisar a configuração do ensino médio em duas escolas públicas estaduais urbanas que ofertam essa etapa do ensino no município de Cáceres/MT. Neste artigo, apresentamos a análise do Projeto Político Pedagógico (PPP) de uma dessas escolas em busca de indicativos da tessitura de alguma relação com o nível superior. Temos como objetivo identificar elementos presentes no PPP que indiquem como se expressam neste documento, bem como nas ações desenvolvidas na escola, relações da educação básica (especificamente o ensino médio) com a educação superior.

Diante disso, destacamos as contribuições de Veiga no tocante à construção do PPP:

[...] a principal possibilidade de construção do projeto político-pedagógico passa pela relativa autonomia da escola, de sua capacidade de delinear sua própria identidade. Isto significa resgatar a escola como espaço público, lugar de debate, do diálogo, fundado na reflexão coletiva. Portanto, é preciso entender que o projeto político-pedagógico da escola dará indicações necessárias à organização do trabalho pedagógico, que inclui o trabalho do professor na dinâmica interna da sala de aula (VEIGA, 2009, p. 14).

A autora explicita que a elaboração do PPP deve ser feita com autonomia da escola e reflexão coletiva, incluindo ações que implicam nas práticas pedagógicas dos professores. O PPP deve ser construído com o envolvimento de toda a comunidade escolar para que todos os

segmentos (estudantes, docentes, funcionários e famílias) sejam contemplados quanto à organização do trabalho.

Compreende-se que o PPP manifesta um compromisso e expressa uma proposta coletiva para a escola, tal como se afirma no documento escolar analisado. “A proposta pedagógica é a identidade da escola. Ela formaliza um compromisso assumido por professores, funcionários, representantes de pais e alunos e líderes comunitários em torno do mesmo projeto educacional. A proposta pedagógica deve ser democrática (E.E.SM, 2016, p. 01).

A LDB 9.394/96 também destaca a importância da autonomia das unidades escolares para desenvolverem o trabalho pedagógico; a nosso ver, isso se expressa na elaboração do projeto político pedagógico. Quanto à escola pesquisada, o texto afirma que a proposta pedagógica dá identidade à escola, pois se refere a uma orientação que foi elaborada pelo coletivo da instituição.

No que diz respeito ao ensino médio, a LDB 9.394/96 afirma como propósitos: a formação para a cidadania, a preparação dos estudantes para a progressão no trabalho e em estudos posteriores. Partimos do pressuposto que essa legislação é entendida como parâmetro legal que subsidia e orienta a organização e o funcionamento das escolas.

A pesquisa foi realizada em uma escola pública estadual que está localizada em bairro periférico da cidade de Cáceres-MT, situada a 100 metros de distância da rodovia que liga Mato Grosso a Rondônia (MT 070) e que atende inclusive educandos de bairros circunvizinhos. Funciona em dois turnos: matutino e vespertino e, em 2019 – ano desta pesquisa, estavam matriculados 685 estudantes, dos quais 247 cursavam o ensino médio. Com o intuito de preservar a identidade da escola foco da pesquisa, neste trabalho será denominada de E.E.SM.

Esta é uma pesquisa qualitativa, pautada em análise de documentos, sendo eles, o PPP da escola lócus desta pesquisa, documentos legais que orientam a educação em geral (LDB 9.394/96) e o funcionamento do ensino médio no Brasil (Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio - DCNEM), e sobre o acesso à educação superior. Baseia-se também em informações obtidas por meio de conversas com duas coordenadoras pedagógicas e uma secretária escolar, durante pesquisa realizada pelo GPAPES em 2019. Tomamos como referenciais alguns trabalhos produzidos por: Veiga (2009), Vasconcellos (2013) para discussões sobre o projeto político pedagógico, Moehlecke (2012) e Kuenzer (2000) para tratar do ensino médio e, para questões referentes ao acesso à educação superior, Magnoni (2016), Barbosa e Lima (2014) e Ristoff (2013).

Após uma leitura geral do PPP da instituição, que foi disponibilizado pela coordenação pedagógica, optamos por subdividir as informações constantes no documento a partir de aspectos identificados e agrupá-las em dimensões para análise, conforme quadro a seguir e, a partir deles, estabelecer interlocução com referenciais estudados sobre a temática em questão.

Quadro 1 - Dimensões de análise do PPP

Dimensão	Aspectos identificados
Condições gerais	Localização
	Estrutura
Caracterização da escola	Número de professores 2019 (efetivos e interinos) e número de estudantes.
	Curso ofertado
	Caracterização do público atendido
Fundamentos das práticas educativas	Fundamentos e concepção de educação
	Concepção de escola

	Bases legais
Organização e funcionamento quanto a estudantes	Informações sobre fluxo (ingresso, desistência, evasão, retenção)
	Informações sobre ENEM ou vestibular
	Informações sobre egressos
Relação com IES	Atividades desenvolvidas com IES (estágio, cooperação, projetos, outros)

Fonte: elaborado pelas autoras com base em dados do PPP da escola de 2016 e de 2019.

A seleção desses aspectos foi realizada visando contextualizar a escola e suas condições, descrever os princípios que sustentam suas práticas, organização pedagógica e identificar se há alguma relação explícita com a educação superior. Elaborado este quadro, voltou-se à leitura do PPP para identificação dos elementos mais significativos em função dos objetivos desta pesquisa.

Como já foi dito, consideramos o projeto político pedagógico, tal como Veiga (2009), como um documento em que a escola, com participação da comunidade escolar, registra sua proposta de organização do trabalho pedagógico. É na escola que se concebe e realiza o projeto educativo e, sendo um projeto, pressupõe um planejamento em função do futuro, como diz a autora citada. Tal projeto sempre tem caráter político, pois é fruto de interesses do coletivo escolar que o constrói e exprime suas intencionalidades em relação às ações da escola, evidenciando seu caráter pedagógico. Desse modo, entendemos que a relação com a educação superior pode se expressar neste documento, como possibilidade de futuro dos estudantes, vinculada a ações políticas pedagógicas cotidianas da escola.

Há diferentes proposições a respeito do que sejam elementos fundamentais que compõem um PPP. Ramos (2019), em um esforço de síntese, apresenta a posição de duas pesquisadoras da área da seguinte maneira: para Veiga (2009) os elementos seriam: finalidades da escola, estrutura organizacional (administrativa e pedagógica), currículo, tempo escolar, processo de decisão, relações de trabalho e avaliação e, de acordo com Vasconcellos (2013) teríamos três marcos referenciais para a construção de um PPP: o filosófico, o operativo e o situacional, que devem ser seguidos de diagnóstico e programação.

Em Mato Grosso, a exigência de elaboração de PPP nas escolas está presente desde a década de 1990, quando já constava na lei complementar nº 49/1998, que dispõe sobre o sistema de ensino no estado, que os estabelecimentos de ensino elaborariam seu projeto. Sendo que o documento deve conter os princípios gerais de seu regimento escolar, o currículo escolar, os princípios administrativos da instituição e demais ordenamentos da atividade escolar (MATO GROSSO, 1998).

Em 2018, na alteração mais recente no que se refere ao PPP, a Secretaria de Estado de Educação (SEDUC) orienta sobre o referido documento por meio da Portaria Nº 777/2018/GS/SEDUC/MT, que dispõe sobre a reestruturação do projeto político pedagógico das escolas públicas da rede estadual de ensino de Mato Grosso. Tal portaria determina quais setores serão os representantes que participarão da reelaboração e quais as suas funções. Destacamos que não há proposição de representantes diretos das escolas, apenas do núcleo de gestão de avaliação, assessorias pedagógicas e superintendências da própria SEDUC.

Nos últimos anos, a SEDUC tem disponibilizado uma plataforma *online* (no Sistema SigEduca - Módulo GPO - Sub -Módulo Projeto Político Pedagógico) na qual a equipe gestora das unidades escolares deve inserir o PPP anualmente. De acordo com as informações obtidas na escola pesquisada, o PPP atual era de 2016, porém estava em fase de reformulação (com

prazo a ser cumprido para colocá-lo no sistema) quando realizamos esta pesquisa, em 2019. Assim, analisamos informações constantes tanto no PPP de 2016, quanto nas reformulações no PPP de 2019.

O modelo existente na plataforma apresenta campos para preenchimento sobre a caracterização da unidade escolar e está subdividido em três marcos: marco situacional (contextos e condições da escola), marco conceitual (princípios e fundamentos das proposições e práticas pedagógicas) e marco operativo (ações a serem desenvolvidas pela totalidade da comunidade escolar), depois dos quais se devem apresentar um plano de ação da escola. A proposta parece seguir a orientação de Vasconcellos (2013), trocando a denominação de “filosófico” por “conceitual” e mantendo os outros dois marcos: situacional e operativo.

DO ENSINO MÉDIO À EDUCAÇÃO SUPERIOR

Como uma das etapas de ensino ofertado pela escola pesquisada, o ensino médio também está contemplado no PPP. O ensino médio é a etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, tendo como uma das finalidades a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos (BRASIL, 1996). Este dizer da LDB 9.394/96 indica a expectativa e a possibilidade de os estudantes do ensino médio prosseguirem os estudos na educação superior. É importante ressaltar que no ensino médio brasileiro sempre existiu uma dualidade, a formação para o trabalho e a formação para estudos posteriores, vinculada à questão de classes sociais. Moehlecke (2012, p. 41) destaca “a intenção de imprimir ao ensino médio uma identidade associada à formação básica que deve ser garantida a toda a população, no sentido de romper a dicotomia entre ensino profissionalizante ou preparatório para o ensino superior”. A autora reafirma a importância de que os estudantes da etapa conclusiva da educação básica tenham uma formação integral, unitária, sem distinção entre um ensino profissional e propedêutico. Não é nosso objetivo aprofundar esta discussão dadas as limitações deste artigo.

Analisando o documento da escola, no que diz respeito ao ensino médio especificamente, encontramos os seguintes dizeres no do PPP:

[...] o Ensino Médio situa-se como etapa final da educação básica, caracterizando-se como conclusão da escolarização de caráter geral, buscando o desenvolvimento do indivíduo e garantindo-lhe condições para o exercício da cidadania e a **inserção no mundo acadêmico** e do trabalho. As demandas sociais e as expectativas familiares unem-se a uma crescente preocupação do jovem aluno a respeito de seu futuro. **As escolhas em relação ao dever acadêmico e profissional concretizam-se com a proximidade cada vez maior do vestibular e da responsabilidade que isso traz, seja em relação à escolha profissional, seja em relação à possibilidade de uma formação acadêmica mais consistente e sólida nas universidades do país e do exterior.** Ao dar continuidade ao trabalho realizado ao longo da vida escolar e aproveitar todo o potencial transformador do nosso jovem, temos como objetivo maior atuar na consolidação da autonomia intelectual e moral do aluno preparando-o para a vida adulta dentro de duas grandes perspectivas (E.E.SM, 2019, p. 19 – grifos nossos).

Compreendemos que a escola se preocupa com o futuro dos estudantes, aspecto descrito no PPP, afirmando que o ensino médio deve garantir condições para inserção no mundo

acadêmico e profissional, ou seja, a escola precisa desenvolver ações que colaborem para que os discentes sejam aprovados nos processos seletivos para ingresso na educação superior.

Também no marco operativo (no item diagnóstico de indicadores educacionais) se discute sobre currículo no ensino médio (induzindo determinadas práticas pedagógicas), o que se relaciona ao acesso à educação superior, tendo em vista a enumeração de características e saberes que os estudantes devem adquirir, coincidindo com o que se espera de quem vai realizar o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM):

Currículo do Ensino Médio: O Ensino Médio deve ter competência e habilidade, compreensão, interdisciplinaridade, e que os alunos saibam lidar com as informações e interpretá-las no seu cotidiano. Portanto, o que a escola almeja através de seu currículo é formar um cidadão inserido na sociedade de forma crítica e participativa, para tanto ele deve ser: competente, **um leitor crítico, que interfere na sua realidade, enfim, que ele usa do conhecimento e do saber que ele apreendeu para olhar os problemas numa perspectiva de mudança do seu cotidiano.** As disciplinas que compõe a área de linguagem são: Língua Portuguesa, Língua Estrangeira Moderna - Inglês e Espanhol, Educação Física, Artes/ Área de Ciências Humanas: História, Geografia, Sociologia, Filosofia / Área das ciências da Natureza, Matemática e suas tecnologias: Biologia, Física, Química, Matemática (E.E.SM, 2019, p. 22-23 - grifo nosso).

É nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio que se encontram procedimentos que orientam a organização pedagógica e curricular por áreas de conhecimento para o ensino médio, enfatizando que o currículo deve se voltar ao desenvolvimento de competências básicas, dentre as quais a capacidade de aprender é decisiva. Tal como registrado no PPP, um dos objetivos é que a formação colabore para que o estudante seja capaz de interferir e mudar sua própria realidade. Essas aprendizagens podem ser a base para o acesso à educação superior, tomado como um passo em relação à mudança de vida, no sentido de se preparar e profissionalizar para atuação social e no mundo do trabalho.

Ingressar na educação superior é o desejo de milhões de jovens brasileiros, tal como indicam as mais de 5 milhões de inscrições do ENEM em 2019. Este exame dá acesso à maioria das Instituições de Educação Superior (IES), principalmente as públicas, entretanto, cada IES possui critérios próprios de como a nota do ENEM será utilizada em seus processos seletivos. Por exemplo, a Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) utiliza as notas do ENEM para ingresso no primeiro semestre e, no segundo semestre, a universidade realiza seu próprio vestibular.

Não há vagas na educação superior pública para todos que concluem a educação básica, por isso existem os processos de seleção, que determinam os futuros ingressantes. Desde o início dos anos 2000 algumas políticas públicas de democratização do acesso à educação superior foram implantadas no Brasil, com intenção de minimizar distorções e contribuir para que se faça justiça social (por exemplo: diferentes modalidades de ingresso, financiamento estudantil, lei de cotas, programas de assistência, bolsas de diversos tipos).

A ESCOLA ESPAÇO DA PESQUISA SEGUNDO DADOS DO PPP

A seguir, apresentamos as informações sobre a escola e o funcionamento do ensino médio de acordo com as informações constantes no PPP; para fins de exposição, optamos por seguir inicialmente as dimensões conforme descritas no quadro 1; quando for necessária uma análise mais específica, destacaremos alguns itens do modelo de PPP utilizado pela SEDUC.

Condições gerais da escola - A instituição foco desta pesquisa é uma escola estadual localizada em bairro periférico da cidade de Cáceres/MT, funciona no período matutino e vespertino. Está situada a 100 metros de distância da rodovia que liga Mato Grosso a Rondônia (MT 070), atende estudantes de vários bairros circunvizinhos. Possui uma estrutura física que necessita de investimentos; a biblioteca é pequena e os livros didáticos não são suficientes para todos os estudantes; o laboratório de informática está sucateado; a sala dos professores é muito pequena e não comporta todos os profissionais. Segundo o texto do PPP, a reforma de todo prédio escolar é questão de urgência “para que possamos melhorar o atendimento, a eficiência e a qualidade do serviço público prestado. Nossa unidade escolar necessita de reforma geral. Os consertos paliativos que estavam sendo efetuados, já não produzem efeito necessário” (E.E.SM, 2019, p. 15).

Ainda conforme o documento a infraestrutura da escola necessita de uma reforma geral, para que todos os profissionais possam desenvolver com êxito suas funções, isso inclui um ambiente adequado aos professores, que além do trabalho desenvolvido na sala de aula, também realizam a hora atividade, que inclui planejamento de aulas, elaboração e execução de projetos pedagógicos, correção de atividades, lançamento de dados no diário eletrônico, entre outras atividades escolares. A oferta de uma educação com qualidade inclui ter um ambiente escolar com infraestrutura adequada para atender bem aos educandos.

A infra-estrutura escolar pode exercer influência significativa sobre a qualidade da educação. Prédios e instalações adequadas, existência de biblioteca escolar, espaços esportivos e laboratórios, acesso a livros didáticos, materiais de leitura e pedagógicos, relação adequada entre o número de alunos e o professor na sala de aula e maior tempo efetivo de aula, por exemplo, possivelmente melhorem o desempenho dos alunos (SATYRO; SOARES, 2007, p. 07).

Os autores citados advogam que a infraestrutura pode influenciar diretamente na qualidade da educação, o que na escola em estudo compromete também o ensino médio, e conseqüentemente o acesso à educação superior dos educandos desta instituição. Contudo, esse não é o único fator que influencia na qualidade da educação, há um conjunto de fatores interligados que resulta no bom desempenho dos estudantes. Kuenzer (2000) também afirma que as escolas que ofertam o ensino médio necessitam de espaços físicos adequados, bibliotecas, laboratórios, equipamentos e, principalmente, professores concursados e capacitados. Ter um ambiente escolar propício é de fundamental importância, no qual os estudantes possam desfrutar dos espaços existentes na escola e utilizar materiais pedagógicos para a realização das aulas nesses espaços. Essas são condições mínimas para que estudantes e professores consigam ter um ensino e aprendizagem com qualidade.

Caracterização da escola - a escola pesquisada oferta o ensino fundamental e médio. Em 2019, possuía em seu quadro profissional 31 docentes efetivos e 24 docentes contratados, todos possuíam nível superior. Atendia a 685 estudantes no período matutino e vespertino, dos quais 247 estavam matriculados no ensino médio, sendo que 61 estavam cursando o 3º ano. Quanto à etapa conclusiva da educação básica, a escola oferta o ensino médio regular, com carga horária

anual de 800 horas, distribuídas em 200 dias letivos, conforme disposto na LDB 9.394/96. O ensino médio é ofertado somente no período matutino. Sobre os estudantes, afirma-se:

Talvez em função da localização da escola (periferia) e pela própria formação individual dos alunos, temos estudantes vulneráveis a toda forma de agressão, como por exemplo, consumo e tráfico de vários tipos de drogas, prostituição, gravidez na adolescência, apresentando também desvios de conduta que possam levá-los a cometer ações como furto, roubo e atos de violência ao próximo. Devido a estas características, a escola está sempre atenta às mudanças que ocorrem em seu entorno, inserindo ações pedagógicas que possibilitem aos alunos a sua formação integral (E.E.SM, 2019, p. 04).

Conforme descrito no PPP os estudantes são suscetíveis a diversas formas de violência e conflitos, que afetam diretamente o aprendizado, por isso, a escola se propõe a estar sempre em alerta para qualquer mudança de comportamento que venha a comprometer o bom funcionamento do trabalho realizado no processo pedagógico. Para evitar problemas futuros, o corpo docente desenvolve projetos pedagógicos com os estudantes, com o objetivo de proporcionar aos mesmos uma formação humana integral, que inclui, entre outros objetivos, mostrar aos educandos possíveis problemas que eles poderão enfrentar no futuro, dando condições para que consigam refletir e criar situações nas quais conseguirão resolver da melhor maneira possível os obstáculos encontrados.

Na pesquisa divulgada por Tiellet e Silva (2020) as autoras afirmam que as ocorrências policiais registradas nas escolas públicas do município de Cáceres-MT consideradas mais graves são, na maioria das vezes, relacionadas ao porte de arma, faca e bebida alcoólica. Ressaltam também que a maior frequência se dá por conflitos interpessoais, indisciplina e a microviolência. As autoras asseveram que esses conflitos

[...] poderiam ser gerenciadas pelo coletivo escolar (alunos, professores, funcionários e pais) se lhes fosse dado apoio estratégico e financeiro para o desenvolvimento de ações pedagógicas de prevenção; ou se, em escolas cuja maioria dos alunos encontra-se em maior vulnerabilidade, houvesse o apoio de profissionais especializados semelhante ao Programa Rede Cidadã da SESP, o qual conta com psicólogos e assistentes sociais (TIELLET; SILVA, 2020, p. 17).

As autoras enfatizam que os conflitos escolares poderiam ser muitas vezes resolvidos dentro da própria unidade escolar, sem a presença policial, se as escolas tivessem profissionais habilitados para lidar especificamente com esse tipo de situação. Porém, como isso não acontece, na prática, os profissionais da educação vão se reinventando e procurando fazer o melhor que podem, buscando solucionar os possíveis conflitos, inclusive com desenvolvimento de projetos, conforme descrito no PPP analisado.

Fundamentos das práticas educativas – há uma perspectiva expressa no texto de que a educação seja voltada à sociedade, à formação de sujeitos sociais e cidadãos. Afirma-se que a escola almeja “construir uma sociedade mais justa na perspectiva humana de que [nossos] alunos sejam críticos, atuantes, produtivos, participantes, que possam construir e preservar os valores sociais e morais” (E.E.SM, 2016, p. 01). E assim se objetiva:

[...] proporcionar ao educando a formação básica, dando-lhe oportunidade de desenvolver-se como pessoa livre e solidária, capacitada a interagir com o meio social e físico em que vive e dotado de conhecimentos, habilidades e atitudes que contribuam para o desenvolvimento de condições que resultem na melhoria de vida tanto individual quanto coletiva (E.E.SM, 2016, p. 04).

Como se pode ver, o trabalho pedagógico busca conhecimentos, habilidades e atitudes para melhor qualidade de vida individual e coletiva. Na mesma lógica, o ENEM se estrutura como um exame de desempenho escolar visando medir “o desenvolvimento das competências e habilidades fundamentais ao exercício da cidadania” (BRASIL, 2009, p. 56). Trabalhando as competências e habilidades do ENEM durante as aulas no ensino médio, além de colaborar para o sucesso dos educandos ao realizar o exame, o professor também contribui para a formação cidadã desses discentes, conforme firmado na Portaria nº 109/2009, do ENEM. Machado e Lima (2014) enfatizam que o termo cidadania (disposto na referida portaria) está relacionado à vida em sociedade, aos direitos e deveres, e para seu pleno exercício se necessita de conhecimentos básicos. O documento escolar em foco indica concordância com essa ideia.

O papel da escola na formação desse cidadão deve ir além da formação científica e formal, deve somar os valores trazidos da família integrando ao meio social em que vive. [...] A escola deve ser um espaço onde se possa desenvolver o raciocínio e as habilidades necessárias para uma vida autônoma, solidária e produtiva (E.E.SM, 2019, p. 01).

Nesta perspectiva, a escola é uma instituição que tem por finalidades o desenvolvimento de práticas que levem os estudantes a se apropriar do conhecimento socialmente produzido, para tanto, é importante que os docentes trabalhem de forma contextualizada, pois facilita a compreensão das temáticas estudadas. Dessa maneira, os discentes podem utilizar os conhecimentos adquiridos em diversos contextos sociais, e tornar-se cidadãos participativos, críticos e contribuir para a construção de uma sociedade mais igualitária.

Para Libâneo, Oliveira e Toschi (2005), uma educação de qualidade deve proporcionar conhecimentos e desenvolvimento de capacidades cognitivas e afetivas primordiais para os educandos. Nesse contexto, compreende-se que a escola deve oferecer uma educação problematizadora, na qual se leve os discentes a interpretar e resolver problemas.

Ao desenvolver práticas pedagógicas no ensino médio conforme pontuado, os docentes colaboram para o ingresso dos educandos na educação superior, pois de acordo com a matriz de referência do ENEM, o exame apresenta questões contextualizadas, reflexivas, relacionadas ao dia a dia dos estudantes.

Miranda, Ferreira e Dias (2019) realizaram uma pesquisa sobre as questões da prova de Ciências da natureza do ENEM e afirmam que as questões são contextualizadas, dando ênfase à resolução de problemas. Assim deve ser o trabalho desenvolvido na escola, conforme preconiza o PPP, pois ao mesmo tempo em que procura formar cidadãos críticos, reflexivos, também colabora para o seu ingresso na educação superior, uma vez que, desenvolver aulas contextualizadas, problematizadoras pode levar os educandos ao exercício da cidadania, a progredir no trabalho e em estudos posteriores.

Analisando o PPP da referida unidade escolar podemos salientar a preocupação com práticas pedagógicas que possam contribuir para que os estudantes da etapa final da educação básica consigam ter acesso à educação superior. E na formação continuada realizada na própria

instituição escolar durante o ano letivo, os docentes têm estudado sobre como podem aperfeiçoar suas práticas pedagógicas.

A formação da/na escola dos profissionais da educação é um processo permanente e constante de aperfeiçoamento dos saberes necessários à atividade dos educadores, e nesse processo, a formação da/na escola tem muito a oferecer, porque ajuda a todos melhorarem cada vez mais suas práticas pedagógicas e com isso apoiar nossos alunos na construção de conhecimentos, e não apenas no acúmulo de informações (E.E.SM, 2019, p. 07).

Veiga (2009) enfatiza que a formação continuada deve estar centrada na escola e fazer parte do PPP. Tal como pontuado pela autora, o documento da escola contempla a realização da formação continuada e esta, por sua vez, tem foco nas ações realizadas na instituição e no trabalho pedagógico desenvolvido pelos docentes.

No marco situacional manifesta-se a preocupação da escola com a formação para que o estudante possa ser aprovado no ENEM, indicativo de uma relação mais direta com a educação superior:

O Enem se tornou uma das principais portas de entrada para o ensino superior, a nossa escola tem a preocupação de contribuir na formação do nosso aluno não só para as avaliações externas, mas também como cidadão crítico. Houve a participação de 58% dos alunos matriculados no terceiro ano do ensino médio da escola E.E.SM no Enem no ano de 2017, com pontuações em média: Ciências Humanas: 490 pontos; Ciências da Natureza: 455 pontos, Linguagens e Códigos: 473 pontos; Matemática: 454 pontos; Redação: 498 pontos (E.E.SM, 2019, p. 07).

Assim, o PPP nos leva a entender que a escola tem focado tanto nas avaliações em larga escala como tem se preocupado que estes estudantes sejam cidadãos críticos. Mais uma contradição presente no ensino médio brasileiro: a formação para a cidadania ou a preparação para exames? Processos de ensino aprendizagem visando formação humana integral ou sendo conduzidos pelas expectativas do *ranking* em exames em larga escala? Ciavata (2012) afirma que a formação humana deve ser ofertada aos estudantes de forma a garantir uma formação completa, objetivando possibilitar que estes educandos sejam capazes de realizar uma leitura do mundo, bem como exercer a cidadania.

Conforme evidenciado, percebemos que a escola tem entre suas intenções o ingresso dos estudantes na educação superior, estando atenta à média da escola no ENEM. E, como já foi dito, nos encontros de formação continuada desenvolvem ações para auxiliar no aprimoramento das práticas docentes, que entre outras finalidades, pode contribuir com o acesso dos estudantes no nível superior, pois as práticas pautam-se em “planejar, elaborar e aplicar atividades, onde os alunos sejam estimulados a perceber como se utilizam na prática social os conhecimentos que vão produzindo na escola” (E.E.SM, 2019, p. 23).

De acordo com o PPP, os conhecimentos construídos pelos estudantes devem ser utilizados em diversos contextos sociais, inclusive na realização do ENEM, uma vez que este se tornou um dos principais exames de acesso nas IES, principalmente as públicas.

Ofertar uma formação integral inclui auxiliar, possibilitar, trabalhar, desenvolver práticas docentes que levem inclusive ao acesso à educação superior, nesse sentido, a instituição de ensino analisada procura desenvolver uma educação conforme descrito abaixo:

[...] a escola se converte em um espaço essencial para assegurar que todos e todas tenham garantida uma formação integral. Ela assume o papel de articuladora das diversas experiências educativas que os alunos podem viver dentro e fora dela, a partir de uma intencionalidade clara que favoreça as aprendizagens importantes para o seu desenvolvimento integral (E.E.SM, 2019, p. 24).

De acordo com a LDB 9.394/96, no art. 35, o ensino médio, além de possibilitar o prosseguimento nos estudos, como já foi dito, também inclui a preparação para o trabalho e a formação para a cidadania do educando. Assim, consta no PPP que a escola desenvolve uma formação integral, isso significa também contribuir para que os educandos tenham êxito ao realizar o ENEM e/ou vestibular e consigam ter acesso à educação superior, como já foi dito. Para tanto, é necessário que os docentes desenvolvam práticas pautadas nas exigências do ENEM, uma vez que esse exame possui uma matriz de referência que enuncia competências e habilidades nas quatro áreas do conhecimento.

Ainda no marco situacional encontramos um item denominado Diagnóstico de Indicadores Educacionais no qual há informações sobre avaliações do ensino médio; ao que parece, é um item entendido como parte do diagnóstico da situação escolar. Informa-se que os resultados obtidos no Avalia MT, programa de avaliação do estado de Mato Grosso que objetiva “medir os níveis de aprendizagem” dos estudantes (E.E.SM, 2019, p. 07). O documento evidencia que a escola apresentou resultados abaixo das médias esperadas. Os dados citados são relacionados à língua portuguesa: “Nas turmas do segundo ano do ensino médio também foram aplicadas as avaliações atingindo índices na disciplina de língua portuguesa de 76% Abaixo do básico, 23% Básico e 1% Proficiente.” (E.E.SM, 2019, p. 07).

Há muitas controvérsias sobre a função e os objetivos das avaliações externas e em larga escala. Em uma perspectiva positiva, Alavarse, Machado e Arcas (2017, p. 1371) afirmam que “as avaliações externas fornecem dados que, se apropriados de forma consistente, podem revigorar os contornos da escola pública que realiza a sua função social na sociedade democrática de garantir o ensino e aprendizagem para todos os seus alunos”. Elas produzem informações que devem ser acessadas, lidas e interpretadas pelos docentes, para que estes possam procurar compreender quais os pontos negativos e positivos que mais se sobressaíram nessas avaliações e posteriormente trabalhar mais intensamente com os estudantes nos quesitos que precisam ser melhorados. Do mesmo modo, está posto no PPP que os docentes devem se apropriar dos resultados da avaliação para poder guiar as ações que irão desenvolver nas práticas pedagógicas, bem como se discorre a respeito das dificuldades na aprendizagem, frisando que “compete aos professores criar as condições para que as dificuldades dos educandos sejam ultrapassadas” (E.E.SM, 2019, p. 09). Sob esta ótica, as avaliações externas também servem para orientar o trabalho docente, e a escola tem realizado essa prática. “As avaliações externas são de vital importância para nortear o trabalho pedagógico, eles se tornam subsídios para que o docente adote estratégias, para que o aluno domine as competências e habilidades necessárias à sua fase” (E.E.SM, 2019, p. 07).

Em uma perspectiva crítica ressaltam-se as preocupações com as avaliações de larga escala, pois quando tomadas como um valor em si mesmas passam a determinar a ação dos envolvidos, modificando o referencial que os orientava em seus propósitos. Objetivos, avaliação, conteúdos e métodos precisam estar correlacionados a uma matriz formativa, para serem significativos. Resultados que enaltecem a meritocracia e servem de mecanismos de controle, servem ao mercado e não aos objetivos educacionais, mas esta discussão não está presente no PPP analisado (FREITAS, 2014).

Organização e funcionamento quanto ao ensino médio - Quando realizamos a pesquisa em 2019, algumas informações sobre desistência, evasão, retenção e transferidos foram coletadas na secretaria da unidade escolar, pois conforme já mencionado, o PPP das escolas estaduais em Mato Grosso segue um padrão disponibilizado no sistema SigEduca, onde não há esses dados. No ano de 2018 a escola possuía 844 estudantes, dos quais 270 estavam matriculados na etapa final da educação básica. Deste total, 39 educandos desistiram/evadiram da escola, sendo que 31 eram do ensino médio, ou seja, 11,48% dos estudantes da última etapa da educação básica deixaram de frequentar a escola em 2018. Com relação à retenção/reprovação 78 alunos ficaram retidos, destes, 53 estavam matriculados na etapa conclusiva da educação básica, isto é, 19,62% do total de estudantes, assim, 31,10% dos estudantes matriculados nessa etapa não conseguiram avançar nos estudos naquele ano.

No que se refere aos egressos do ensino médio, a escola não faz um acompanhamento sistemático dos estudantes que conseguiram ingressar na educação superior. “A escola não desenvolve nenhuma ação com relação aos egressos, contudo temos encontrado alguns que retornaram para cá no período da realização do estágio” (afirmação da coordenação pedagógica). De acordo com as coordenadoras pedagógicas, a escola apenas tem informações dos estudantes que conseguiram progredir nos estudos anos depois, quando os estudantes que ingressam na educação superior nos cursos de licenciatura retornam à instituição para realizar o estágio da docência.

Entretanto, no ano de 2019 a escola conseguiu organizar informações dos estudantes que concluíram o ensino médio neste mesmo ano e conseguiram ingressar na educação superior em Cáceres. Conforme as informações obtidas, foram 15 estudantes aprovados, perfazendo 24,59% do total de educandos que estavam matriculados no 3º ano do ensino médio em 2019.

Apresentamos a seguir o quadro 2 com a quantidade de estudantes concluintes do ensino médio da escola pesquisada que ingressaram na educação superior. Após a coleta desses dados, recorreremos ao edital nº 2/2019 da UNEMAT, que trata dos aprovados no Sistema de Seleção Unificado SISU/ENEM 2020/1, a fim de verificar se o ingresso foi por meio de cotas ou por ampla concorrência.

Quadro 2 - Egressos da E.E.SM aprovados por curso, IES e sistema de acesso em Cáceres, 2020.

Quantidade de estudantes egressos	Curso	IES	Cotas
2	Ciências Contábeis	UNEMAT (pública)	Sim
1	Geografia	UNEMAT (pública)	Sim
1	História	UNEMAT (pública)	Sim
1	Educação Física	UNEMAT (pública)	Sim
2	Educação Física	UNEMAT (pública)	Não
1	Ciências Computação	UNEMAT (pública)	Não
2	Ciências Biológicas	UNEMAT (pública)	Não
1	Eng. Florestal	IFMT (pública)	Não
1	Direito	FAPAN (privada)	-
1	Farmácia	FAPAN (privada)	-
1	Administração	FAPAN (privada)	-
1	Medicina (na Bolívia)	-	-

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir dos dados coletados na escola e Edital nº 002/2019 UNEMAT/COVEST.

Analisando os dados do quadro 2, temos: dos 15 ingressantes na educação superior, 11 foram aprovados em IES públicas, o que corresponde a 73,33% do total de aprovados. Desses, 10 ingressaram na UNEMAT, sendo que 50% deles foram aprovados pelo sistema de cotas, aspecto que consideramos significativo. Com relação à FAPAN, a faculdade não oferece um

sistema de seleção por meio de cotas e quanto a IES da Bolívia, não conseguimos informação com relação ao nome da instituição e se o ingresso foi por cotas.

Em 29 de agosto de 2012 foi sancionada a Lei nº 12.711 que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. A referida lei ficou conhecida como “lei de cotas”, na qual reserva vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas; estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) per capita; autodeclarados pretos, pardos e indígenas e pessoas com deficiência (BRASIL, 2012b). Entretanto, algumas IES já possuíam leis de cotas anteriormente, com destaque para a UNEMAT, que em 2005 implantou o Programa de Integração e Inclusão Etnicorracial (PIIER), garantindo que 25% das vagas de todos os cursos de graduação sejam destinadas a candidatos autodeclarados negros (pretos ou pardos).

Segundo Gentil e Santos (2016) embora as IES estaduais estejam ligadas a sistemas próprios de cada estado, elas possuem ações que possibilitam a democratização, inclusive disputando recursos federais para bolsas, pesquisas, programas, entre outros. As autoras afirmam que essas universidades vêm debatendo, apresentando e implementando diversas políticas sob a égide da democratização do acesso à educação superior.

Analizamos o PiiER como política de democratização compreendendo a democratização da educação superior como um processo dinâmico que requer a adoção de ações que garantam, para além da expansão do sistema educacional e da ampliação do número de matrículas, a equidade, a igualdade de oportunidades e a qualidade da educação, combinadas com políticas que facilitem o acesso e que garantam a permanência dos estudantes nas instituições de educação superior (BARBOSA; LIMA, 2014, p. 164).

Atualmente, na UNEMAT para cursos com 40 vagas, 16 são destinadas à ampla concorrência e 24 aos alunos que cumpriram integralmente o ensino médio em escola pública, assim distribuídas; a) 10 vagas para estudantes negros; b) duas vagas para estudantes indígenas; c) uma vaga para estudante com deficiência; d) 11 vagas para os demais estudantes de escola pública (UNEMAT, 2019). As políticas de cotas em vigor nas IES públicas do Brasil contribuem para diminuir uma injustiça social, dando aos estudantes de escolas públicas, negros, indígenas e pessoas com deficiência oportunidades de estudar em IES públicas de qualidade.

Para Magnoni (2016, p. 299) as cotas propiciam a “diminuição de privilégios e a concretização do acesso à universidade pública de jovens oriundos das camadas populares e, ainda, dos negros e indígenas para que se atinja um nível razoavelmente aceitável de igualdade étnica e racial na sociedade brasileira”. A autora relata que as cotas contribuem para abreviar as desigualdades existentes na sociedade no que se refere ao acesso à educação superior, uma vez que destina vagas para os jovens pertencentes às camadas populares da sociedade. No mesmo sentido Ristoff (2013) afirma que o Brasil vive um momento não só de expansão da educação superior, mas também de democratização, com inclusão de jovens pretos, pardos, de baixa renda, de estudantes trabalhadores, filhos de pais com baixa escolaridade e oriundos da escola pública. A referida lei de cotas abrange somente os ingressantes nas IES federais. As IES estaduais possuem critérios próprios de sistemas de cotas, como por exemplo, a UNEMAT, conforme já explicitado.

No item Relação com IES encontramos informações de que a escola tem desenvolvido projetos em parceria com duas IES do município, a UNEMAT (pública estadual) e a Faculdade do Pantanal (FAPAN - privada). A UNEMAT trabalha com o programa Residência Pedagógica

nos cursos de Matemática e Língua portuguesa e o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) no curso de Geografia. São programas por meio dos quais o governo federal oferece bolsas para os acadêmicos dos cursos de licenciaturas e estes trabalham com os estudantes e professores da educação básica. Na escola pesquisada, os acadêmicos desses programas estão constantemente desenvolvendo projetos pedagógicos que contribuem para aprendizagem dos educandos.

A FAPAN realizou em 2019 aulas para os estudantes matriculados no 3º ano do ensino médio. São aulas realizadas pelos docentes na referida faculdade, nas quais se trabalharam especificamente as competências e habilidades exigidas no ENEM. Essa atividade tem como objetivo revisar os conteúdos estudados e conseqüentemente contribuir para que os educandos tenham êxito ao realizar o exame. Além disso, a FAPAN realiza palestras na escola com os estudantes do 3º ano, com o intuito de demonstrar a eles alguns cursos de nível superior, funcionamento, período de duração do curso, o que faz o profissional formado na área, entre outras questões.

As parcerias entre a escola pesquisada e as IES do município são importantes para fortalecer o ensino e aprendizagem e poder contribuir para as conquistas no transcorrer da vida dos estudantes. Porém essas relações não estão expressas no PPP da escola pesquisada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em busca da configuração das relações existentes ou não entre ensino médio e educação superior e partindo do pressuposto de que o PPP é um documento que expressa os fundamentos, perspectivas e propostas de uma comunidade escolar para o desenvolvimento dos processos educativos, analisamos documentos e colhemos dados junto à equipe gestora da escola E.E.SM sobre esta problemática.

As análises nos levam a afirmar que o formato padrão de uma plataforma digital em que a escola precisa apresentar anualmente seu PPP, com inúmeros itens - exigência para a rede estadual - parece levar a uma proposição resumida, pré-determinada e pressionada pela exigência em relação ao tempo para sua apresentação.

Ainda assim, o texto analisado contém os aspectos considerados fundamentais a um PPP, segundo pesquisadores que são referência na área, apresentando a caracterização da escola, de sua população, dos profissionais que nela trabalham, os fundamentos, a organização e funcionamento.

Tal como na legislação educacional, afirma-se também no PPP a intencionalidade de uma formação no ensino médio para a continuidade nos estudos, para o trabalho e para a cidadania. No que diz respeito à continuidade dos estudos, pudemos perceber que há uma preocupação com avaliações externas que supostamente indicam o nível dos estudantes, elas são citadas mais de uma vez; afirma-se que devem orientar o trabalho docente, no entanto, não se diz como será feito e nem se discute os fundamentos dessas avaliações. Também se assegura o propósito de uma formação integral, que promova as habilidades e competências esperadas e se tem a matriz do ENEM como referência para práticas pedagógicas. Deduzimos que há intenção de levar os estudantes a serem aprovados para a educação superior, porém, a nosso ver, as influências das avaliações nas perspectivas de formação e na definição da organização do trabalho pedagógico merecem aprofundamento para melhor compreensão das relações explícitas e implícitas entre os níveis de ensino médio e superior.

Na escola pesquisada, as relações institucionais entre os dois níveis de ensino podem ser consideradas frágeis, ficam a cargo de projetos das IES que envolvem estudantes atuando na escola e de ações pontuais em relação à preparação para a prova de seleção (aulões e informações sobre cursos e profissões), que são de interesse das IES, entretanto sequer constam como aspectos do PPP. Em 2019, a escola inovou no sentido de registrar a quantidade de estudantes concluintes do 3º ano, que foi aprovada na educação superior em Cáceres, aspecto também não proposto no PPP, mas que anuncia certa mudança na tessitura dessa relação.

Entendemos que um documento nunca expressa realmente a dinâmica da realidade e que mais estudos seriam necessários para ampliar a compreensão sobre as relações entre ensino médio e educação superior, incluindo análise das práticas docentes que possuem certa autonomia e que podem expressar outras configurações dessas mesmas relações.

REFERÊNCIAS

ALAVARSE, Ocimar Munhoz.; MACHADO, Cristiane.; ARCAS, Paulo Henrique. Avaliação externa e qualidade da educação: formação docente em questão. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 17, n. 54, p. 1353-1375, jul./set. 2017.

BARBOSA, Valci Aparecida.; LIMA, Elizeth Gonzaga. Democratização do acesso à educação superior: o Piier nas vozes dos sujeitos. In: ROTHEN, José Carlos; SILVA, Eduardo Pinto. (Orgs). **Políticas Públicas para a Educação Superior**. São Paulo: Xamã, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996** - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

BRASIL. Instituto Nacional De Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Portaria nº 109, de 27 de maio de 2009**. Dispõe sobre alterações no Exame Nacional do Ensino Médio. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 mai. 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 2, de 30 de janeiro de 2012a**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012b**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.

CIAVATTA, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e identidade. In: FRIGOTTO, Gaudêncio.; CIAVATTA, Maria.; RAMOS, Marise. (Orgs). **Ensino médio integrado: Concepções e contradições**. 3. ed. - São Paulo: Cortez, 2012.

FREITAS, L. C. de. Os reformadores empresariais da educação e a disputa pelo controle do processo pedagógico na escola. **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 35, nº. 129, p. 1085-1114, out.-dez., 2014. Disponível em: [<https://www.scielo.br/pdf/es/v35n129/0101-7330-es-35-129-01085.pdf>] Acesso em 15 dez. 2020.

GENTIL, Heloisa Salles; SANTOS, Nadir Gonçalves dos. Democratização da educação superior em dissertações e teses de professores da Universidade do Estado de Mato Grosso. **Educação em Debate**. Fortaleza, ano 38, nº 72 - jul./dez. 2016.

KUENZER, Acácia. (org). **Ensino médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2000.

LIBÂNEO, José Carlos.; OLIVEIRA, João Ferreira.; TOSCHI Mirza Seabra.; **Educação escolar: políticas estrutura e organização**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2005. (Coleção Docência em Formação).

MACHADO, Paulo Henrique Alves; LIMA, Elizeth Gonzaga. O ENEM no contexto das políticas para o ensino médio. **PERSPECTIVA**, Florianópolis, v. 32, n. 1, 355-373, jan./abr. 2014.

MAGNONI, Maria Salete. Lei de cotas e a mídia brasileira: o que diria Lima Barreto? **Estudos Avançados** 30 (87), 2016.

MATO GROSSO. **Lei nº 049 de 1º de outubro de 1998**. Dispõe sobre a instituição do Sistema de Estadual de Ensino de Mato Grosso e dá outras providências.

MATO GROSSO. E.E.SM. **Projeto Político Pedagógico**. Município de Cáceres-MT, 2016.

MATO GROSSO. **Portaria nº 777 de 17 de dezembro de 2018/GS/SEDUC/MT**. Dispõe sobre a reestruturação do projeto político pedagógico das escolas públicas da Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso. Disponível em:
[<http://cos.seduc.mt.gov.br/upload/permanente/Arquivo/PORTARIA%20N%C2%BA%20777%202018%20REESTRUTURACAO%20DO%20PPP%20DAS%20ESCOLAS%20DA%20REDE%20ESTADUAL%20DE%20MT37937805446210.pdf>] Acesso em: 03 nov. 2020.

MATO GROSSO. E.E.SM. **Projeto Político Pedagógico**. Município de Cáceres-MT, 2019.

MIRANDA, L. A.S.; FERREIRA, A. C. F.; DIAS, G. R. M. Análise de conteúdo das questões de Fisiologia Humana da Prova de Ciências da Natureza e suas Tecnologias do Exame Nacional do Ensino Médio (1998-2016). **Ciência & Educação (Bauru)**, v. 25, n. 2, p. 375-393, 2019. Disponível em: [<https://www.scielo.br/pdf/ciedu/v25n2/1516-7313-ciedu-25-02-0375.pdf>]. Acesso em: 12 nov. 2020.

MOEHLECKE, Sabrina. O ensino médio e as novas diretrizes curriculares nacionais: entre recorrências e novas inquietações. **Revista Brasileira de Educação**. v. 17 n. 49 jan.-abr. 2012.

RAMOS, M. C. **Projeto político-pedagógico da escola estadual do campo de São José dos Quatro Marcos-MT: instrumento de construção de uma educação emancipadora?** 2020. 155 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade do Estado de Mato Grosso.

RISTOFF, Dilvo. **Vinte e um anos de educação superior: expansão e democratização.** Cadernos do GEA. - n.3 (jan./jun. 2013). - Rio de Janeiro: FLACSO, GEA; UERJ, LPP, 2012.

SÁTYRO, Natália.; SOARES, Sergei. A infraestrutura das escolas brasileiras do ensino fundamental: um estudo com base nos censos escolares de 1997 a 2005. Brasília: IPEA.

TIELLET, M. H. S; SILVA, M. A. A presença policial no cotidiano das escolas públicas. **Educação.** Santa Maria. v. 45. 2020. Disponível em:
[\[https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/35756/pdf\]](https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/35756/pdf) Acesso em: 13 nov. 2020.

Universidade do Estado de Mato Grosso. **Edital nº 002/2019 - UNEMAT/COVEST.** Concurso vestibular - Sistema de Seleção Unificada (SISU) - 2020/1, 28 de janeiro de 2020.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Coordenação do Trabalho Pedagógico:** do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula. 12 ed. São Paulo: Libertad Editora, 2013.

VEIGA, Ilma Passos da. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva In: VEIGA, Ilma Passos da. (org.). **Projeto político-pedagógico da escola:** uma construção possível. Campinas: Papyrus, 1998. p.11-35.

Submetido em: setembro de 2020

Aprovado em: fevereiro de 2021